

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmo. Órgão Deliberativo do Município de Viseu

Satisfazendo o estabelecido no artigo 77.º, n.º 2, alínea e) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, vimos submeter à apreciação de V. Exas., o Relatório e o Parecer do Revisor Oficial de Contas, relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

1. RELATÓRIO

No desempenho das funções que por lei nos estão atribuídas:

- 1.1. A partir da data de nomeação, acompanhámos a atividade dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu (SMAS Viseu), tendo recebido do Conselho de Administração e de outros responsáveis as informações e esclarecimentos que lhes solicitámos.
- 1.2. Verificámos a regularidade dos registos contabilísticos, dos documentos de suporte e das Demonstrações Financeiras apresentadas em obediência ao estipulado pelo SNC-AP.
- 1.3. Velámos para que a Lei fosse aplicada de forma correta.
- 1.4. Procurámos confirmar a titularidade, pelos SMAS Viseu, de bens e valores.
- 1.5. Verificámos que os critérios valorimétricos utilizados são os que constam do Anexo às Demonstrações Financeiras.
- 1.6. Verificámos que o sistema de contabilidade de gestão apresenta insuficiências de reporte no sentido de dar resposta às exigências de informação, no Relatório de Gestão, nos termos do disposto na NCP 27 do SNC-AP.
- 1.7. Confirmámos que o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração das Alterações no Património Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo, bem como as demonstrações orçamentais, foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.
- 1.8. Estamos convencidos que os referidos documentos de execução orçamental e de prestação de contas traduzem, de forma verdadeira e apropriada, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e, bem assim, os resultados apurados no exercício findo na mesma data.

1.9. Estamos de acordo que o Relatório de Gestão, assim como a Proposta de Aplicação de Resultados, nele incluída e apresentados pelo Exmo. Conselho de Administração, cumprem o exigível na lei, exceto quanto ao parágrafo incluído no relato sobre outros requisitos legais e regulamentares constante do Relatório de Auditoria.

2. PARECER

Face ao anteriormente exposto, somos de parecer que a Exma. Assembleia Municipal deve, em relação aos documentos apresentados pelo Exmo. Conselho de Administração dos SMAS de Viseu, apreciar o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

Viseu, 19 de abril de 2022

O Revisor Oficial de Contas

**CARLOS
EDUARDO BRAZ
FONSECA**

Assinado de forma digital por
CARLOS EDUARDO BRAZ
FONSECA
Dados: 2022.04.19 11:00:11
+01'00'

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575
Representada por Carlos Eduardo Brás Fonseca, ROC n.º 1492, CMVM n.º 20161102

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 79.280.515,43 euros e um total de fundos próprios de 72.604.496,44 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 959.637,84 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu** em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

OUTRAS MATÉRIAS

As demonstrações financeiras da Entidade relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por um outro auditor que expressou uma opinião modificada sobre essas demonstrações em 18 de junho de 2021, relacionada com a não conclusão da inventariação dos bens imóveis (de domínio público e privado) associados ao Município de Viseu e o seu potencial impacto nas demonstrações financeiras dos SMAS.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos

ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 18.610.631,64 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 13.505.542,29 € euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais, exceto quanto ao seguinte:

- Conforme referido no Relatório de Gestão, sobre a Contabilidade de Gestão do, a Entidade efetuou uma breve análise dos custos por funções e dos custos por centro de responsabilidade ocorridos em 2021, mas não incluiu todas as divulgações previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, divulgando as razões para esta insuficiência.

Viseu, 19 de abril de 2022

O Revisor Oficial de Contas

**CARLOS
EDUARDO BRAZ
FONSECA**

Assinado de forma digital por
CARLOS EDUARDO BRAZ
FONSECA
Dados: 2022.04.19 11:02:51
+01'00'

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575
Representada por Carlos Eduardo Brás Fonseca, ROC n.º 1492, CMVM n.º 20161102

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 2.º SEMESTRE DE 2021

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 77.º, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se o relatório informativo sobre a situação económica e financeira dos **Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu**, reportada ao segundo semestre findo em 31 de dezembro de 2021, incluída nos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 13.505.542,29 € de despesa paga e um total de 18.610,631,64 € de receita cobrada líquida, incluindo um saldo da gerência anterior de 4.801.256,00 €), no Balanço (que evidencia um total de ativo de 79.280.515,43 € e um total de património líquido de 72.604.496,44 €, incluindo um resultado líquido negativo de 959.637,84 €) e na Demonstração dos Resultados.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do órgão de gestão pela informação financeira:
 - a) a preparação de informação financeira histórica e orçamental que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o SNC-AP;
 - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorção material devido a fraude ou erro;
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade;
 - e) a avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.
4. Responsabilidade do auditor pela informação financeira semestral.

Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a nossa responsabilidade consiste em remeter, semestralmente, aos órgãos executivo e deliberativo, informação económica e financeira independente baseada no trabalho efetuado.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

5. A execução orçamental revela os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 1 – Execução Orçamental da Despesa (em Euros)

Classif. Económica da Despesa		Dotação Corrigida	Compromissos assumidos	Obrigações	Saldo	Grau Exec. efectiva	Despesas pagas	Saldo	Grau Exec. Dez 21	Grau Exec. Dez 20
Cl.	Designação									
01	Despesas com o pessoal	4 286 700,00	3 651 982,13	3 651 980,13	634 717,87	85,19%	3 610 031,01	676 668,99	84,21%	85,71%
02	Aquisição de bens e serviços	7 338 042,00	6 368 190,72	5 513 098,23	969 851,28	86,78%	5 371 734,05	1 966 307,95	73,20%	72,46%
03	Juros e outros encargos	5 000,00	2 023,22	2 023,22	2 976,78	40,46%	2 023,12	2 976,88	40,46%	1,82%
04	Transferências correntes	73 200,00	71 567,73	71 567,73	1 632,27	97,77%	71 567,73	1 632,27	97,77%	54,52%
05	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	n.a.	n.a.
06	Outras despesas correntes	363 000,00	331 301,23	331 301,23	31 698,77	91,27%	327 593,02	35 406,98	90,25%	84,40%
	DESPESAS CORRENTES	12 065 942,00	10 425 065,03	9 569 970,54	1 640 876,97	86,40%	9 382 948,93	2 682 993,07	77,76%	77,43%
07	Aquisição de bens de capital	6 496 500,00	4 723 236,20	3 557 993,66	1 773 263,80	72,70%	3 499 843,26	2 996 656,74	53,87%	32,29%
08	Transferências de capital	1 068 500,00	958 157,24	622 750,10	110 342,76	89,67%	622 750,10	445 749,90	58,28%	27,60%
09	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	n.a.	n.a.
10	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	n.a.	n.a.
11	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	n.a.	n.a.
	DESPESAS DE CAPITAL	7 565 000,00	5 681 393,44	4 180 743,76	1 883 606,56	75,10%	4 122 593,36	3 442 406,64	54,50%	31,65%
	TOTAL DE DESPESAS	19 630 942,00	16 106 458,47	13 750 714,30	3 524 483,53	82,05%	13 505 542,29	6 125 399,71	68,80%	61,51%

Gráfico 1 – Evolução Comparativa do Orçamento da Despesa

Orçamento da Despesa - dezembro N Vs. dezembro N-1

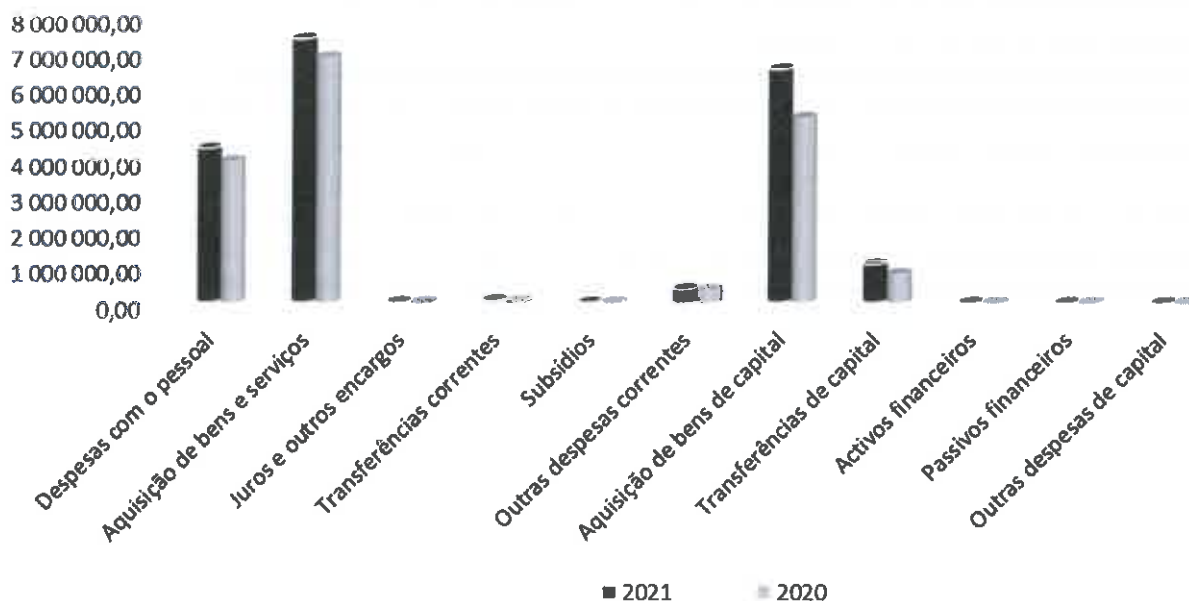
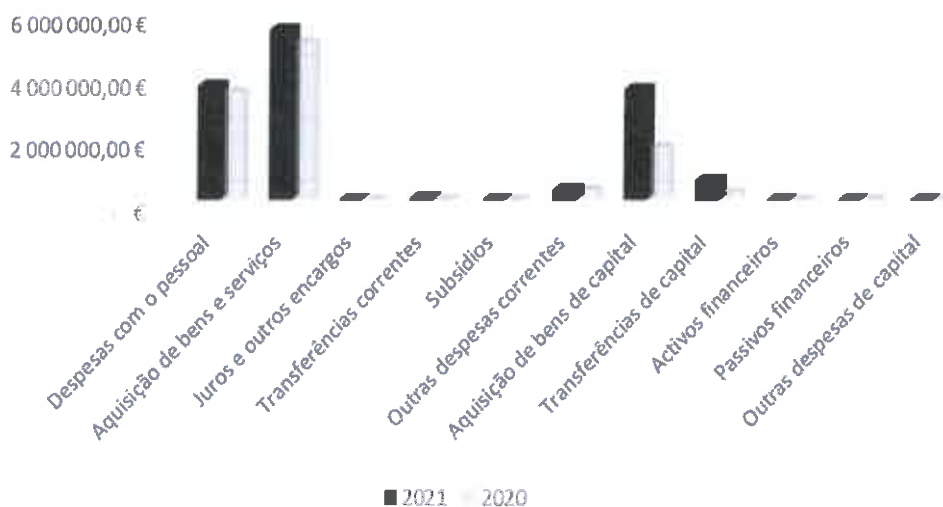


Gráfico 2 – Evolução comparativa da despesa paga (dezembro 2021 Vs. dezembro 2020)



Mapa 2 – Execução Orçamental da Receita (em Euros)

Classif. Económica da Receita		Previsões	Receita Cobrada	Saldo	Grau Exec. Dez 21	Grau Exec. Dez 20
Cl.	Designação	Corrigidas	Líquida			
01	Impostos directos	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.
02	Impostos indirectos	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.
04	Taxas, multas e outras penalidades	56 000,00	12 340,82	-43 659,18	22,04%	18,40%
05	Rendimentos da propriedade	25 000,00	8 752,68	-16 247,32	35,01%	38,09%
06	Transferências correntes	651 000,00	600 000,00	-51 000,00	92,17%	0,00%
07	Venda de bens e serviços correntes	12 259 320,00	12 162 625,50	-96 694,50	99,21%	102,41%
08	Outras receitas correntes	44 900,00	35 364,94	-9 535,06	78,76%	297,06%
RECEITAS CORRENTES		13 036 220,00	12 819 083,94	-217 136,06	98,33%	101,68%
09	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.
10	Transferências de capital	1 788 841,00	944 140,14	-844 700,86	52,78%	11,72%
11	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.
12	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.
13	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	n.a.	97,64%
RECEITAS DE CAPITAL		1 788 841,00	944 140,14	-844 700,86	52,78%	12,54%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	4 625,00	46 151,56	41 526,56	997,87%	52,63%
16	Saldo da gerência anterior	4 801 256,00	4 801 256,00	0,00	100,00%	100,00%
OUTRAS RECEITAS		4 805 881,00	4 847 407,56	41 526,56	100,86%	99,98%
TOTAL DE RECEITAS		19 630 942,00	18 610 631,64	-1 020 310,36	94,80%	89,38%

Gráfico 3—Evolução comparativa do Orçamento da Receita

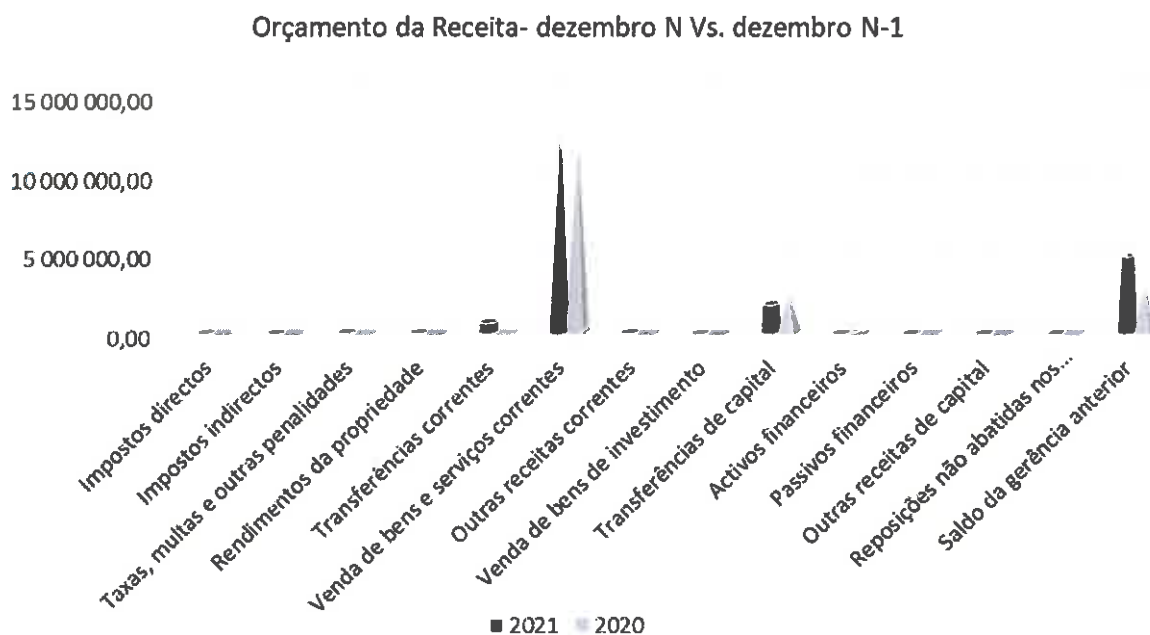
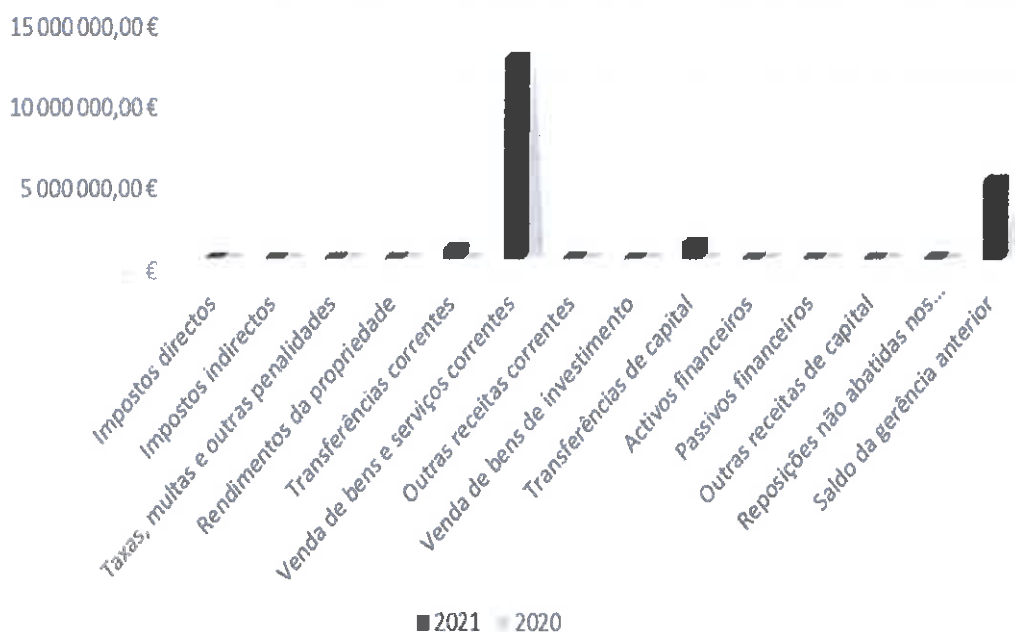


Gráfico 4 - Evolução Comparativa da Receita Cobrada (dezembro 2021 Vs. dezembro 2020)





Mapa 3 – Indicadores de Análise da evolução da Despesa

Rádios de estrutura da despesa	Considerando despesa paga		Considerando despesa comprometida	
	dez/21	dez/20	dez/21	dez/20
Receita total / Despesa total	137,80%	145,50%	115,55%	117,86%
Receita corrente / Despesa corrente	136,62%	142,63%	122,96%	128,31%
Receita capital / Despesa capital	22,90%	15,40%	16,62%	8,57%
Despesa Pessoal / Despesa Total	26,73%	32,11%	22,67%	26,27%
Aq. Bens Serviços / Despesa Total	39,77%	46,95%	39,54%	45,13%
Aq. Bens Capital / Despesa Total	25,91%	15,77%	29,33%	21,29%
Serviço da Dívida / Despesa Total	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Receitas próprias / Despesa Total	126,37%	142,95%	105,96%	115,80%
Transferências recebidas / Despesa Total	11,43%	2,55%	9,59%	2,07%
Juros e outros encargos / Despesa Total	0,01%	0,00%	0,01%	0,00%

Mapa 4 – Indicadores de Análise da evolução da Receita

Rádios de estrutura da receita	dez/21	dez/20
Receitas próprias / Receita total	91,70%	98,25%
Transferências recebidas / Receita Total	8,30%	1,75%

6. A execução global do orçamento da despesa, em 31 de dezembro de 2021, ascendeu a 68,80%, ligeiramente superior ao verificado no mesmo período do ano anterior, quando o grau de execução rondou os 61,51%. A execução das despesas correntes ascende a 77,76% e a execução das despesas de capital situa-se em 54,50%. Em termos comparativos, em dezembro de 2020 estes graus de execução situavam-se nos 77,43% e 31,65%, respetivamente. Tendo por base a ótica dos compromissos já assumidos, o grau global da execução da despesa é de 82,05% (contra 75,93% em igual período do exercício anterior, o que significa um aumento de 6,12 pontos percentuais), com especial enfoque nas despesas de capital cujos compromissos assumidos representam 75,10% das dotações corrigidas, enquanto no período homólogo anterior representavam 56,91%.

O orçamento da despesa assenta em três grandes rubricas, que correspondem à aquisição de bens e serviços (37,4% do orçamento), aquisição de bens de capital (33,09% do orçamento) e despesas com pessoal (21,84% do orçamento), pelo que o desempenho em qualquer delas influencia o desempenho global do orçamento.

Da análise efetuada, resulta que as despesas correntes apresentam um grau de execução orçamental inferior ao que seria expectável para o período em exame. A análise às despesas desta índole, verifica-se que a rubrica com maior saldo (que representa a diferença entre a dotação do período e a despesa paga)

corresponde à "Aquisição de bens e serviços", e fixou-se em dezembro de 2021 nos 1.966.307,95 €. Assim, complementarmente, a despesa paga referente a esta rubrica totalizou 5.371.734,05 €, o que se traduz numa execução de 73,20%, contribuindo grandemente para que o desempenho da despesa corrente ficasse aquém do expectável. Relativamente aos compromissos assumidos, a execução desta rubrica ascende a 86,78%. No que respeita às obrigações, estas correspondem a um compromisso orçamental que se constitui em contas a pagar e são registadas na contabilidade patrimonial com o lançamento da fatura ou documento equivalente. Em dezembro de 2021, o valor das obrigações de aquisição de bens e serviços ascendia a 5.513.098,23 €.

O Índice de execução orçamental das despesas com aquisição de bens e serviços é influenciado por menor desempenho na execução da despesa associada a "outros serviços" (pagos 514.931,02 € para um orçamento de 1.003.000,00 € - execução de 51,34%), "outros trabalhos especializados" (pagos 530.396,76 € para um orçamento de 860.000,00 € - execução de 61,7%), isto é, estas rubricas registam um saldo (dotação deduzida da despesa paga) de 817.672,22 € (42% do saldo da rubrica de aquisição de bens e serviços).

No que se refere às "Despesas com o pessoal", o grau de execução ronda os 84,21%, menos 1,50 p.p. que em igual período do exercício anterior, cuja execução foi de 85,71%, apresentando um saldo de 676.668,99 €. O desempenho orçamental desta rubrica é afetado por menor execução orçamental de despesa relacionada com "Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho" (25,71%), "pessoal a termo (55,7%), "Ajudas de custo" (31,22%) e "Outros suplementos e prémios" (47,12%).

O grau de execução da despesa com "Outras despesas correntes" evidencia um montante de execução mais próximo do previsto, visto que ascendeu a 90,25%, registado evolução positiva face ao termo do exercício anterior, cuja execução orçamental foi de 84,40%. Para o efeito, contribuiu a despesa relacionada com "impostos e taxas" e "Serviços bancários" que apresentou um grau de execução de 98,02% e 71,51%, o que significa um acréscimo face ao período homólogo do ano anterior, que correspondia a 96,98%.

Na análise às "Transferências correntes" verificámos uma taxa de execução orçamental de 97,77% (que compara com taxa de execução de 54,52% em 2020), destacando-se as transferências a favor do Município de Viseu, correspondendo o montante de 47.331,68 € a juros de financiamentos obtidos e contratualizados pelo Município de Viseu e 24.236,05 € foram referentes a reembolso de remunerações efetivamente pagas a dois contratos de estágio profissional (PEPAL) que tiveram lugar nos SMAS de Viseu mas cuja entidade promotora foi o Município de Viseu (que procedeu ao pagamento mensal).

Atentando nas despesas de capital, a rubrica mais representativa é a "Aquisição de bens de capital", que na ótica dos compromissos assumidos, constitui 72,70% do total de despesas de capital. O grau de execução global da rubrica situou-se nos 53,87% (mais 21,58 p.p. do que o verificado no período homólogo anterior). Na ótica da despesa paga, a rubrica representa 84,89% da totalidade da despesa de capital, ou

seja, 3.499.843,26 € num total de 4.122.593,36 €. As obrigações com despesas de capital somavam, a 31 de dezembro de 2021, 4.180.743,59 €.

As rubricas mais significativas das aquisições de bens de capital correspondem a "Viadutos, arruamentos e obras complementares" (despesa paga de 253.863,83 € para um orçamento de 482.000,00 € - execução de 52,67%), "Sistemas de drenagem de águas residuais" (despesa paga de 863.931,57 € para um orçamento de 1.639.000,00 € - execução de 52,71%), "Estações de tratamento de águas residuais" (despesa paga de 14.916,69 € para um orçamento de 327.000,00 € - execução de 4,56%) e "Captação e distribuição de água" (despesa paga de 1.506.526,57 € para um orçamento de 2.238.500,00 € - execução de 67,30%), situação que permite um saldo orçamental 1.230.768,66 €.

Os compromissos a transitar para o orçamento seguinte somam 1.165.242,54 €.

Quanto às "Transferências de capital", a execução orçamental verificada é de 58,28% (que compara com 27,60% em 2020) e correspondem a transferências para o Município de Viseu (266.803,79 – execução de 99,74%) e transferências para as freguesias (355.946,31 – execução de 44,49%).

7. No que se refere ao orçamento da receita, o grau de execução apurado é superior ao verificado em igual período do exercício anterior em 5,42 pontos percentuais. Quer isto dizer que a receita cobrada líquida em dezembro de 2021 ascendeu a 94,80% das previsões corrigidas para o período, enquanto no período homólogo anterior essa relação era de 89,38%. Para o efeito, muito contribuiu o desempenho da rubrica de "Transferências de Capital" que globalmente cresceu de 11,72%, em dezembro de 2020, para 52,78% em dezembro de 2021.

No que concerne às receitas de capital, foram executados 52,78% em 2021 e 12,54% em igual período do ano anterior. A variação positiva do grau de execução orçamental, na ordem dos 41,06%, ficou a dever-se à maior obtenção de receita (de capital) por parte do Município de Viseu, que em 2020 foi de 269.382,19 € e no ano de 2021 foi de 823.719,83 €. Este montante diz respeito ao financiamento obtido durante o ano de 2021 (tendo em conta as libertações de capital solicitadas) relativo ao empréstimo contraído pelo Município de Viseu junto da Caixa de Crédito Agrícola. No orçamento inicial estava previsto o recebimento do montante de 2.263.841,00 €, valor que corresponde ao limite do crédito a conceder pela Caixa de Crédito Agrícola a obras a realizar por estes SMAS de Viseu, todavia por alteração orçamental da receita aquele valor foi diminuído em 500.000,00€ uma vez que os cronogramas financeiros das empreitadas a financiar sofreram alterações.

Com reporte às receitas correntes, verifica-se que o desempenho orçamental se encontra dentro do expectável para o período em análise, fixando-se nos 98,33%. De referir que a venda de bens e serviços correntes registou um total de receita líquida cobrada, em 2021, de 12.162.625,50 € que compara com 12.278.646,79 € de receita cobrada em 2020 (menos 116.021,29 € ou 0,94%). Note-se que esta rubrica

se assume como a mais preponderante do total da receita na perspetiva da totalidade das previsões corrigidas (representa 62,45%) e como a mais preponderante na perspetiva da totalidade da receita cobrada líquida (representa 65,35%), se for tido em conta o saldo de gerência anterior.

Ainda com referência às receitas correntes, a rubrica de "Transferências correntes" apresenta um grau de execução orçamental de 92,17%, enquanto no ano anterior a execução era de 0%. Esta rubrica é composta integralmente pela transferência corrente efetuada pelo Município de Viseu no valor de 600.000,00 €, associada à redução de tarifária constante do programa "Viseu Ajuda +", a saber:

- a) A todos os clientes – famílias e empresas – foi aplicado um desconto de 15% sobre os valores de consumo (de abril a junho);
- b) Comércio e Serviços que se encontram encerrados estão isentos do pagamento das faturas (abril a junho);
- c) As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) beneficiaram da gratuidade da água e saneamento (abril a junho);
- d) Desconto de 35% sobre os valores dos consumos de água e saneamento a quem estivesse a auferir 66% do vencimento (ou menos). Esta medida foi cumulativa com os 15% de desconto, a todas as faturas até cessar a situação.

No ano de 2021 foi adotado o programa "Medidas VISEUINVEST 2021" - para famílias – desconto de 20% no consumo de água e saneamento (excluindo os consumos do último escalão) que vigorou para o período de 1 de dezembro de 2020 até 31 de dezembro de 2021. Contudo, do ponto de vista orçamental, ainda não se encontra espelhado o seu reflexo na receita dos SMAS, uma vez que só com o encerramento do ano económico em março de 2022 se apurou o valor definitivo a assumir pelo Município de Viseu (1.157.562,86 €).

8. De acordo com o referido nos parágrafos *supra*, na ótica da despesa paga, confirma-se que a despesa corrente foi coberta pela receita corrente em 136,62% quando em igual período do ano anterior havia sido de 142,63%. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, as despesas correntes foram suportadas em 122,96% pelas receitas correntes quando no ano anterior aquela relação era de 128,31%.

Relativamente à cobertura das despesas de capital pelas receitas de capital, na ótica da despesa paga, identificou-se um acréscimo entre o ano de 2020 e o ano de 2021, isto é, as despesas de capital foram cobertas com receitas de capital em 15,40% no ano de 2020 e em 22,90% no ano de 2021. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, até dezembro de 2021 as despesas de capital encontravam-se cobertas em 16,62% pelas receitas de capital, quando em igual período de 2020, o mesmo grau de cobertura era de 8,57%.

9. No que se refere às receitas próprias, considerando a informação reportada a 31 de dezembro de 2021, identifica-se um acréscimo de 1.981.975,13 €, face a igual período do ano anterior (as receitas próprias passaram de 15.084.516,37 € a 31 de dezembro de 2020 para 17.066.491,50 € em 2021, incluindo o saldo de gerência de 4.801.256,00 €). Esta variação está amplamente associada ao aumento do saldo de gerência entre períodos.

Apesar o referido, o grau de cobertura da despesa total por receitas próprias apresenta uma diminuição de 16,58 pontos percentuais, quando comparado com o período homólogo do ano anterior, fixando-se nos 126,37% em dezembro de 2021 e nos 142,95% em dezembro de 2020, em virtude de o aumento da despesa total ser proporcionalmente superior ao aumento das receitas próprias.

10. A despesa comprometida até 31 de dezembro do presente ano mostrou-se inferior em 960.033,03 € em relação à receita cobrada, ascendendo a mesma relação a 2.057.638,46 € à mesma data do ano transato. Os valores apresentados estão particularmente relacionados com a receita corrente que se exhibe substancialmente superior às despesas correntes.

ANÁLISE ECONÓMICA

11. Os gastos e os rendimentos revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 5 – Estrutura dos Rendimentos (em Euros)

Rendimentos		2021	%	2020	%	Variação 2021 Vs. 2020	
Cl.	Designação					Valor	%
70	Impostos, contribuições e taxas	13 406,86	0,09%	10 199,62	0,07%	3 207,24	31,44%
71	Vendas	4 743 659,29	32,75%	4 994 564,12	33,83%	-250 904,83	-5,02%
72	Prestações de serviços e concessões	7 968 138,68	55,01%	8 027 400,94	54,38%	-59 262,26	-0,74%
73	Variações nos inventários da produção	339,77	0,00%	-2 876,63	-0,02%	3 216,40	-111,81%
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.
76	Reversões	58 863,89	0,41%	105 897,41	0,72%	-47 033,52	-44,41%
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.
78	Outros rendimentos	1 701 041,86	11,74%	1 625 934,16	11,01%	75 107,70	4,62%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00	0,00%	1 500,00	0,01%	-1 500,00	-100,00%
TOTAL DE RENDIMENTOS		14 485 450,35	100,00%	14 762 619,62	100,00%	-277 169,27	-1,88%

Mapa 6 – Estrutura dos Gastos (em Euros)



Gastos		2021	%	2020	%	Variação 2021 Vs. 2020	
Cl.	Designação					Valor	%
60	Transferências e subsídios concedidos	24 236,05	0,16%	0,00	0,00%	24 236,05	n.a
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	857 788,99	5,55%	732 062,32	4,97%	125 726,67	17,17%
62	Fornecimentos e serviços externos	4 449 417,22	28,81%	4 114 502,77	27,94%	334 914,45	8,14%
63	Gastos com o pessoal	3 692 120,71	23,90%	3 447 094,65	23,40%	245 026,06	7,11%
64	Gastos de depreciação e de amortização	5 733 648,74	37,12%	5 709 628,97	38,77%	24 019,77	0,42%
65	Perdas por imparidade	122 367,25	0,79%	0,00	0,00%	122 367,25	0,00%
66	Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a
67	Provisões do período	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a
68	Outros gastos	513 330,10	3,32%	693 418,83	4,71%	-180 088,73	-25,97%
69	Gastos por juros e outros encargos	52 179,13	0,34%	31 797,55	0,22%	20 381,58	64,10%
TOTAL DE GASTOS		15 445 088,19	100,00%	14 728 505,09	100,00%	716 583,10	4,87%

12. A estrutura de rendimentos apresenta um decréscimo de 277.169,27 (-1,88%) face a igual período do ano anterior. Esta diminuição está relacionada com a variação verificada na rubrica de "Vendas", que passou de 4.994.564,12 € em 2020 para 4.743.659,29 € em 2021, o que se traduz numa diminuição de 250.904,83 € (-5,02%). Esta variação deve-se à diminuição da faturação de água aos consumidores empresariais, fruto do encerramento de muitas atividades por força da pandemia Covid-19. De referir que a política Municipal passou pela adoção de medidas de apoios aos consumidores, e resumem-se no seguinte:

1. Medidas "VISEUAJUDA+":

- A todos os clientes – famílias e empresas – foi aplicado um desconto de 15% sobre os valores de consumo (de abril a junho);
- Comércio e Serviços que se encontram encerrados estão isentos do pagamento das faturas (abril a junho);
- As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) beneficiaram da gratuidade da água e saneamento (abril a junho);
- Desconto de 35% sobre os valores dos consumos de água e saneamento a quem estivesse a auferir 66% do vencimento (ou menos). Esta medida foi cumulativa com os 15% de desconto, a todas as faturas até cessar a situação.

2. "Medidas VISEUINVEST 2021": para famílias – desconto de 20% no consumo de água e saneamento (excluindo os consumos do último escalão). (de 1 de dezembro de 2020 até 31 de dezembro de 2021).

Tendo em conta que o serviço prestado pelos "SMAS" se reveste de carácter essencial, em harmonia com o princípio da responsabilidade social, estas medidas excecionais foram dirigidas às famílias, empresas e instituições em situação de vulnerabilidade económico-financeira, de acordo com o disposto na alínea b), do artigo 13º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, no âmbito das suas competências.

A rubrica de "Prestação de serviços e concessões" apresentou uma variação negativa de 0,74 pontos percentuais, ou seja, uma diferença do ano de 2020 para 2021 no valor de menos 59.262,26 €. Esta variação está relacionada, principalmente, com a diminuição da tarifa variável de saneamento que decresceu de 2020 para 2021 (inerente ao decréscimo de venda de água). Por outro lado, a rubrica de "outros rendimentos" apresentou um aumento de 75.107,70 € comparado com o período homólogo do ano anterior. Na rubrica de outros rendimentos encontram-se evidenciados subsídios ao investimento relacionados com fundos comunitários que são imputados ao rendimento consoante a depreciação dos bens associados.

13. No que se refere à estrutura de gastos, em termos globais, verifica-se um aumento de 716.583,10 € (correspondente a 4,87%) face a dezembro de 2020. A variação referida deveu-se, em grande medida, a um aumento da rubrica de "Gasto com fornecimentos e serviços externos" de 334.914,45 €, (esta rubrica em igual período do ano anterior ascendia a 4.114.502,77 €), o que correspondente a um acréscimo de 8,14%. As rubricas "Gastos com pessoal" e "Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas" variaram no mesmo sentido, apresentando aumentos de 245.026,06 € e 125.726,67 €, respetivamente. A única rubrica que apresenta diminuições trata-se da rubrica de "Outros gastos", que de 2020 para 2021 diminuiu 180.088,73 € (-25,97%), relacionado com gastos com investimentos não financeiros que decresceu de 220.517,49 € para 4.337,51 €.

Esmiuçando a estrutura de gastos, constata-se que as rubricas "Gasto com depreciações e amortizações" e "Fornecimentos e serviços externos" assumem-se como as mais representativas, com pesos de 37,24% e 28,90%, respetivamente. Agregadamente, estas duas naturezas de gastos contemplam mais de 66,14% do total de gastos incorridos no período.

Na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos", cujo montante ascendeu a 4.449.417,22 € (mais 334.914,45 € que em dezembro 2020), detalham-se no quadro *infra* as principais variações ocorridas:

Conta	Designação	Saldos em 31 de Dezembro de		Variação		Peso nos FSE's	
		2021	31/12/2020	Absoluta	%	2021	2020
62	Fornecimentos e serviços externos	4 449 417,22 €	4 114 502,77 €	334 914,45 €	8,14%	100,00%	100,00%
621	Subcontratos e parcerias	94 635,07 €	71 464,34 €	23 170,73 €	32,42%	2,13%	1,74%
6216	Serviços de fornecimento de água	94 635,07 €	71 464,34 €	23 170,73 €	32,42%	2,13%	1,74%
622	Serviços especializados	946 128,69 €	931 481,83 €	14 646,86 €	1,57%	21,26%	22,64%
6221	Trabalhos especializados	223 737,40 €	458 954,24 €	- 235 216,84 €	-51,25%	5,03%	11,15%
6222	Publicidade, comunicação e imagem	6 705,66 €	16 821,00 €	- 10 115,34 €	-60,14%	0,15%	0,41%
6223	Vigilância e segurança	159 839,07 €	122 977,20 €	36 861,87 €	29,97%	3,59%	2,99%
6225	Comissões	76 660,01 €	72 048,14 €	4 611,87 €	6,40%	1,72%	1,75%
6226	Conservação e reparação	208 011,58 €	201 276,39 €	6 735,19 €	3,35%	4,68%	4,89%
6229	Outros serviços especializados	271 174,97 €	59 138,18 €	212 036,79 €	358,54%	6,09%	1,44%
623	Materiais de consumo	146 820,82 €	207 942,79 €	- 61 121,97 €	-29,39%	3,30%	5,05%
6231	Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	80 600,87 €	31 516,75 €	49 084,12 €	155,74%	1,81%	0,77%
6232	Livros e documentação técnica	29,23 €	1 248,83 €	- 1 219,60 €	-97,66%	0,00%	0,03%
6233	Material de escritório	1 929,43 €	1 648,19 €	281,24 €	17,06%	0,04%	0,04%
6234	Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	6 314,38 €	537,38 €	5 777,00 €	1075,03%	0,14%	0,01%
6236	Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	2 429,75 €	11 932,84 €	- 9 503,09 €	-79,64%	0,05%	0,29%
6237	Medicamentos e artigos para a saúde	332,25 €	4 618,61 €	- 4 286,36 €	-92,81%	0,01%	0,11%
6238	Produtos químicos e de laboratórios	10 121,60 €	10 324,21 €	- 202,61 €	-1,96%	0,23%	0,25%
6239	Outros materiais diversos de consumo	45 063,31 €	146 115,98 €	- 101 052,67 €	-69,16%	1,01%	3,55%
624	Energia e fluidos	2 263 967,57 €	1 942 750,58 €	321 216,99 €	16,53%	50,88%	47,22%
6241	Eletricidade	2 178 778,20 €	1 876 020,84 €	302 757,36 €	16,14%	48,97%	45,60%
6242	Combustíveis e lubrificantes	81 430,07 €	66 729,74 €	14 700,33 €	22,03%	1,83%	1,62%
625	Deslocações, estadas e transportes	222 402,60 €	285 869,74 €	- 63 467,14 €	-22,20%	5,00%	6,95%
6253	Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	222 402,10 €	285 622,44 €	- 63 220,34 €	-22,13%	5,00%	6,94%
626	Serviços diversos	775 462,47 €	674 993,49 €	100 468,98 €	14,88%	17,43%	16,41%
6261	Rendas e alugueres	22 655,41 €	14 609,77 €	8 045,64 €	55,07%	0,51%	0,36%
6262	Comunicação	224 786,25 €	239 406,11 €	- 14 619,86 €	-6,11%	5,05%	5,82%
6263	Seguros	152 416,58 €	86 451,53 €	65 965,05 €	76,30%	3,43%	2,10%
6265	Contencioso e notariado	553,97 €	4 778,44 €	- 4 224,47 €	-88,41%	0,01%	0,12%
6266	Despesas de representação dos serviços	387,70 €	323,55 €	64,15 €	19,83%	0,01%	0,01%
6267	Limpeza, higiene e conforto	65 231,09 €	71 520,81 €	- 6 289,72 €	-8,79%	1,47%	1,74%
6269	Outros serviços	309 431,47 €	257 903,28 €	51 528,19 €	19,98%	6,95%	6,27%

Em termos globais, os gastos com fornecimentos e serviços externos sofreram um aumento de 334.914,45 €, de 31 de dezembro de 2020 face a 31 de dezembro de 2021. Para o efeito verificado, muito contribuíram as variações identificadas nas rubricas "Eletricidade" (aumento de 302.757,36 €), "Outros serviços especializados" (um acréscimo de 212.036,79 €) e "Seguros" (mais 65.965,05 €). Em sentido contrário, as diminuições mais significativas ocorreram nas rubricas "Trabalhos especializados" (diminuição de 235.216,84 €), "Outros materiais diversos de consumo" (menos 101.052,67 €) e "Transporte de mercadorias e outros bens vendidos" (-63.220,34 €).

De destacar ainda a subrubrica "Eletricidade", que se assume como a mais representativa da estrutura de fornecimentos e serviços externos, com um peso aproximado de 48,97% do total de gastos dessa natureza, seguida das rubricas "Outros serviços" (peso aproximado de 6,95%) e "Outros serviços especializados" (peso aproximado de 6,09%).

ANÁLISE FINANCEIRA

14. As contas a receber e a pagar revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 7 – Contas a receber (em Euros)

Designação	dez/21	%	dez/20	%	Variação 2021 Vs. 2020	
					Valor	%
Devedores por transferências e subsídios	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Devedores por empréstimos bonificados	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Clientes, contribuintes e utentes	1 335 864,16	27,41%	1 517 597,27	34,51%	-181 733,11	-11,98%
Estado e outros entes públicos	469 260,52	9,63%	282 625,23	6,43%	186 635,29	66,04%
Outras contas a receber	3 068 053,45	62,96%	2 596 752,02	59,06%	471 301,43	18,15%
Total corrente	4 873 178,13	100,00%	4 396 974,52	100,00%	476 203,61	10,83%
Total não corrente						
TOTAL DE CONTAS A RECEBER	4 873 178,13	100,00%	4 396 974,52	100,00%	476 203,61	10,83%

Mapa 8 – Contas a pagar (em Euros)

Designação	dez/21	%	dez/20	%	Variação 2021 Vs. 2020	
					Valor	%
Credores por transferências e subsídios concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Fornecedores	410 625,17	6,21%	625 474,31	10,85%	-214 849,14	-34,35%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Estado e outros entes públicos	374 845,09	5,67%	251 410,71	4,36%	123 434,38	49,10%
Financiamentos obtidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Fornecedores de investimentos	99 930,01	1,51%	176 354,20	3,06%	-76 424,19	-43,34%
Outras contas a pagar	3 774 009,66	57,09%	3 275 472,90	56,81%	498 536,76	15,22%
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Outros passivos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Total corrente	4 659 409,93	70,49%	4 328 712,12	75,07%	330 697,81	7,64%
Financiamentos obtidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Outras contas a pagar	1 950 884,65	29,51%	1 437 245,14	24,93%	513 639,51	35,74%
Total não corrente	1 950 884,65	29,51%	1 437 245,14	24,93%	513 639,51	35,74%
TOTAL DE CONTAS A PAGAR	6 610 294,58	100,00%	5 765 957,26	100,00%	844 337,32	14,64%

15. O valor das contas a receber, referente ao ano de 2021, totaliza 4.873.178,13 €, mais de metade do valor referido refere-se à rubrica "Outras contas a receber", que representa 62,96% do total de contas a receber (num total de 3.068.053,45 €), esta rubrica é composta maioritariamente por devedores por acréscimo de rendimentos (2.814.795,56 €) que está relacionada com a especialização da faturação de janeiro e fevereiro de 2022 que tem rendimentos correspondente a 2021. A rubrica de "Clientes, contribuintes e utentes" apresenta um saldo no valor de 1.335.864,16 € que representa 27,14% do total das contas a receber, os principais clientes são "Clientes, consumidores e utilizadores gerais" (914.650,34 €), "Município

de Mangualde (173.910,17 €) e "Município de Viseu" com um saldo de 18.654,07 €. De referir ainda a existência da rubrica de "Estado e outros entes públicos" com um valor a receber de 469.260,52 €, referente a IVA a recuperar.

16. O valor global das contas a pagar no final do ano de 2021 ascende a 6.610.294,58 €, sendo constituído essencialmente pelas rubricas "Outras contas a pagar – curto prazo" que soma 3.774.009,66 €, ou seja, 57,09% do total, e "Outras contas a pagar – longo prazo" que apresenta o valor de 1.950.884,65 €, ou seja, 29,51% da totalidade da rubrica. A dívida a fornecedores apresenta um valor de 410.625,17 €, sendo 268.349,14 € correspondente a fornecedores de faturas em receção e conferência e os restantes 142.276,03 € corresponde a fornecedores conta corrente. A dívida a fornecedores de investimentos apresenta a 31 de dezembro de 2021 o valor de 99.930,01 €, representando 1,51% da totalidade das contas a pagar.

17. No âmbito do **Regime Financeiro das Autarquias Locais – Capítulo V (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)**, verifica-se que:

- a) É cumprido o disposto no número 2 do artigo 40º que dispõe que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.
- b) Nos termos da Lei n.º 8/2012, com todas as suas alterações subsequentes, não se verificam no Município pagamentos em atraso, ou seja, não se verificam contas a pagar, que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.
- c) Os fundos disponíveis no final do ano de 2021 ascendiam a 12.272.188,98 €.

Sem outro assunto de momento, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração.

Viseu, 4 de abril de 2022

O Revisor Oficial de Contas



Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575
Representada por Carlos Eduardo Brás Fonseca, ROC n.º 1492, CMVM n.º 20161102

